Lisboa e a electricidade nos anos 30

Em Lisboa, os anos 30 caracterizaram-se, ao nível da electricidade por uma potência instalada capaz de responder a um forte aumento dos consumos.

A Rede das CRGE expandira-se dentro e fora da cidade de Lisboa, em vários sentidos: linhas de 10 kV, partem da Central Tejo para alimentar os conselhos de Oeiras, Cascais, Sintra e Loures. Uma linha parte para a cidade de Santarém. A cidade está totalmente alimentada por linhas de 10 e 3 kV e por uma rede de subestações: Tejo, Boavista(desde 1908), Estefânia, S. Ciro, S. Domingos, Praça do Brasil (todas de 1924), Travessa do Salitre, Rua da Bombarda(ambas de 1936), Sta Marta(1937).

Este quadro de expansão da rede apenas foi perturbado por um problema técnico que nestes anos trinta foi também ultrapassado: a Central Tejo produzia corrente alternada com uma frequência de 42 ciclos por segundo, ora as instalações de autoprodução e as outras centrais de serviço público produziam-na à frequência normalizada de 50 ciclos. Assim para poder substituir a autoprodução indústrial dos novos mercados do Vale do Tejo houve a necessidade de adaptar as máquinas da Central a essa frequência, bem como parte dos equipamentos dos consumidores, o que veio a acontecer de 1935 a 1937, implicando nomeadamente a substituição de 2 dos turboalternadores da Central (grupos 2 -1935 e 3 - 1936).

A iluminação pública iniciara nos últimos anos (pelo menos deste 1919) a substituição do gás por candeeiros eléctricos de incandescência. Este processo ficou a dever-se à conjugação de dois factos: por um lado a suspensão do fabrico de gás por dificuldades de

abastecimento de hulha, durante a I Guerra, por outro lado a entrada em funcionamento da nova Central Tejo.

Também os arcos voltaicos começam a ser substituidos por candeeiros do mesmo tipo. Algumas melhorias técnicas vêm a ser introduzidas, como o sistema Novalux, em que a lâmpada deixa de estar à vista diminuindo o encadeamento.

Mas a principal alteração a este nível dá-se com a passagem da responsabilidade pela iluminação pública para a Câmara Municipal de Lisboa, por contrato de 1928. Este contrato está na base da sua modernização, quer porque indexa o contingente gratuito de electricidade para iluminação pública ao aumento dos consumos na cidade, quer porque obriga a concecionária à entrega de candeeiros aos serviços camarários, em função da evolução da sua rede de distribuição.

Esta modernização da iluminação pública é indissociável da modernização da própria cidade iniciada pela gestão camarária de Duarte Pacheco.

As várias vertentes da sua política camarária, que resumiremos do seguinte modo:

- Municipalização de solos que permite, por via autoritária, redefinir o plano de ordenamento da cidade;
- Política de obras públicas de grande vulto, que contribuem para a reorganização do espaço urbano e seus acessos, ao mesmo tempo que contribuem para a propaganda interna do regime;
- Comemorações Centenárias de "glorificação" do regime e de engrandecimento da cidade como capital do Império;
- Construção de Bairros Sociais integradores da classe média;

levam à necessidade de um forte sector camarário dedicado à IP que será reorganizado em 1938.

Esta modernização da cidade é acompanhada pela modernização da própria iluminação pública: substituição mais acelerada do gás pela electricidade, a partir de 1928, intensificação dos níveis luminotécnicos, através da intensificação do número de pontos de luz e de melhorias técnicas, já focadas.

Libertas da responsabilidade directa da iluminação pública as CRGE iniciam uma forte e bem programada campanha publicitária visando a utilização da electricidade em todos os domínios:

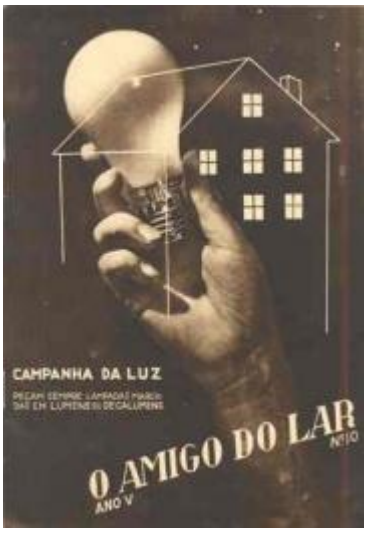
- a iluminação doméstica, já iniciada nos anos anteriores, em que se procura melhorar a qualidade (e consequentemente quantidade) luminosa. Neste campo a Comissão Luminotécnica Portuguesa teve um papel técnico importante a que a publicidade da empresa deu ampla divulgação.

- as utilizações domésticas: foram neste período especialmente difundidos o ferro de engomar e a telefonia, mas também o frigorífico, os aparelhos de refrigeração e aquecimento e os aparelhos de limpeza doméstica. Também os pequenos electrodomésticos foram muito publicitados

- a iluminação comercial: montras e anúncios luminosos, através de uma intensa campanha junto dos comerciantes, que incluia concursos de montras, etc.

- as utilizações industriais, através da vulgarização do motor eléctrico em substituição de outras formas de energia, nomeadamente das máquinas a vapor, e da autoprodução de electricidade através de motores a gás e diesel (de facto antieconómicos).

- as utilizações agricolas.



Esta campanha impõe um novo estilo de vida baseado no American Way of Life, em que o conforto é considerado um bem supremo. O principal orgão de divulgação desta campanha é uma revista das CRGE, O Amigo do Lar, mas também cartazes, exposições, montras, visitas domiciliárias, etc. e que compreendeu uma forte campanha de venda a prestações, pela Companhia, dos electrodomésticos das principais marcas, numa verdadeira "frente comum" à conquista do consumidor.

Foi esta a alteração desta época em Portugal, como o estava a ser no resto do Mundo, sem que para ela o Estado ou os seus ideólogos tivessem contribuido. O Portugal essencialmente agricola, país pobre, etc. era diáriamente subvertido por dentro, pelos interesses do capital.

O principal alvo desta campanha, a nível doméstico, foram as "donas de casa" e a electricidade foi erigida em "fada do lar". Era, como os números mostram uma campanha

destinada a criar hábitos de consumo nas classes média e alta: De 1930 a 1939 os consumidores subiram de 77.509 para 126.026 com um aumento de consumo por fogo de 591 para 686 kWh/ano. No entanto, no final do período, apenas cerca de 50% da população lisboeta tinha electricidade em casa e apenas 20% tinha ferro de engomar e telefonia (os electrodomésticos mais difundidos).

Outro aspecto importante destes anos trinta prende-se com a alimentação de Lisboa por electricidade produzida por via hidraúlica. O assunto era tema de debate nacional, intensificado desde a instauração da Ditadura Militar. Ezequiel de Campos, Ferreira Dias e o seu grupo industrialista, defendiam em coro a necessidade de "nacionalizar" a electricidade, através, nomeadamente da produção hidraúlica. Para a Zona de Lisboa e Centro/Sul estavam de acordo quanto a Castelo do Bode, como empreendimento prioritário.

Por outro lado existia uma concessão para Castelo do Bode atribuida à Companhia Nacional de Viação e Electricidade (CNVE), de que as CRGE eram o principal accionista. Estando a Central Tejo com uma capacidade de produção mais do que suficiente para a evolução previsível dos consumos dos próximos anos, era natural que as CRGE não estivessem muito interessadas em investir de imediato em Castelo do Bode, pelo que foram protelando o início das obras, recorrendo para tal a subterfugios técnico-jurídicos.

Em 1937 Duarte Pacheco, ministro das Obras Públicas anula a concessão. A CNVE recorre para o Supremo Tribunal Administrativo e o processo arrasta-se. Chegada a Guerra tudo estava na mesma quanto á alimentação de Lisboa.